



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

GPP
Gabinete de Planeamento
e Políticas

Adaptação às Alterações Climáticas no domínio da Agricultura

1ª Abordagem sectorial Nacional

NOVO PARADIGMA DA AGRICULTURA NO CONTEXTO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO

1. Enquadramento

A agricultura tem um papel importante em matéria de medidas de mitigação para fazer face às alterações climáticas, contribuindo para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, sendo fundamental avançar rapidamente com as medidas de adaptação em cada um dos EM, dado serem considerados inevitáveis os impactos no sector. Ambos os aspectos devem ser reforçados e desenvolvidas sinergias entre eles, sendo desejável uma estratégia integrada e articulada, tanto ao nível comunitário, como em matéria de negociações internacionais.

Em termos de mitigação, pode sintetizar-se o contributo dado pelo sector agrícola em duas principais vertentes:

- Energia – através da utilização da biomassa agro-florestal e do aproveitamento do biogás das explorações pecuárias, o incremento da utilização de energias renováveis nas explorações agrícolas e a melhoria da eficiência energética;
- Capacidade de sequestro de carbono em solos agrícolas - por via das técnicas de sementeira directa/mobilização mínima e instalação de pastagens biodiversas.

Aquelas práticas agrícolas são excelentes exemplos de sinergias entre mitigação e adaptação, uma vez que se revelam formas mais sustentáveis de utilização dos solos, contribuindo para o acréscimo de sequestro de carbono, por um lado, e para o aumento da capacidade de retenção da água e diminuição dos riscos de erosão, por outro, conduzindo simultaneamente a aumentos de produtividade a médio prazo.

A Comissão Europeia deu importantes passos em matéria de adaptação às Alterações Climáticas, tanto ao nível das propostas no âmbito do *Health Check* da PAC, como, mais recentemente, na apresentação do Livro Branco "Adaptação às alterações climáticas: para um quadro de acção europeu" e da comunicação anexa "Adaptação às alterações climáticas: um desafio para a agricultura e as zonas rurais europeias".

Naquele contexto são analisados os cenários previstos para as principais culturas, concluindo-se pelo acentuar das diferenças regionais decorrentes da variação das

produtividades, sendo de referir a vulnerabilidade da região mediterrânica e do sul da Europa, por via da diminuição das disponibilidades de água e da maior probabilidade de ocorrência dos fenómenos climatéricos extremos, como inundações, secas prolongadas e vagas de calor. Já no caso dos países do norte e centro da Europa, o aumento da temperatura e da concentração de CO2 conduzirá a acréscimos generalizados de produtividade, embora o agravamento do risco de cheias apareça como factor perturbador mais determinante.

As orientações estratégicas propostas assentam principalmente em:

- reforço do papel da agricultura como prestador de serviços ambientais – água, solo, biodiversidade – garantindo a manutenção dos ecossistemas;
- reforço das infraestruturas agrícolas;
- criação das sinergias entre adaptação e mitigação;
- melhorar o conhecimento dos agricultores;
- reforço da cooperação entre EM;
- intensificar a investigação nas interacções clima-agricultura

A comunicação aponta para a necessidade de adoptar estratégias centradas na adaptação às alterações climáticas como forma de garantir o papel multifuncional da agricultura europeia e reforçar a sua competitividade, sendo fundamental o papel das administrações nacionais para o planeamento da estratégia comum agrícola europeia no período pós 2013.

Neste contexto, para fazer face ao aumento previsto da população mundial e da esperada retoma económica, que conjugadamente conduzirão a aumentos de consumo de alimentos nos países em desenvolvimento, torna-se fundamental centrar a actuação comunitária nas interacções agricultura/clima ao nível regional, com particular incidência na adaptação, para responder de forma adequada e integrada aos desafios colocados.

2. Situação Nacional

Portugal encontra-se no grupo de países da UE mais vulneráveis em termos de impactos negativos das alterações climáticas, esperando-se uma redução de produtividades em função de um conjunto de efeitos:

- maior variabilidade climática;
- aumento da temperatura média;

- redução da precipitação média anual e maior concentração no período de Inverno;
- maior ocorrência de fenómenos extremos (chuvadas intensas favorecendo a ocorrência de inundações, secas prolongadas, ondas de calor).

No quadro do Desenvolvimento Rural, a estratégia nacional já contempla várias áreas fundamentais de actuação no tocante tanto à mitigação como à adaptação às alterações climáticas, com destaque para:

- medidas destinadas à construção de novas infraestruturas de rega e melhoria das existentes, visando simultaneamente a maior capacidade de regularização dos ciclos hídricos (reduzindo o risco de situações extremas de cheias e secas) e a melhoria da eficiência da utilização do recurso água na agricultura;
- medidas de incentivo às práticas de conservação do solo (sementeira directa e mobilização mínima) e às pastagens semeadas biodiversas, que simultaneamente contribuem para o sequestro de carbono, melhoram a estrutura do solo, aumentam a sua capacidade de retenção de água, diminuindo os riscos de erosão e conduzem, a médio prazo, a aumentos de produtividade;
- medidas de apoio ao sector florestal, visando a diminuição do risco de incêndios e o reordenamento florestal.

À luz das orientações emanadas do *Health Check* no que respeita aos desafios das alterações climáticas está em curso o actual exercício de revisão do Plano Estratégico Nacional e respectivos Programas de Desenvolvimento Rural, visando o aprofundamento destas áreas de actuação e que inclui outras relevantes, nomeadamente a utilização de energias renováveis no sector agro-florestal.

Em matéria de PAC, por outro lado, o actual modelo de desligamento das ajudas à produção permite uma maior flexibilidade nas explorações agrícolas, no que toca às opções culturais, em resposta aos estímulos do mercado e consoante os constrangimentos da nova situação climática.

3. Estratégia de Actuação

Identificam-se, para Portugal, como áreas de actuação prioritárias a nível sectorial:

- a menor disponibilidade de água e maior irregularidade da sua distribuição espacial e temporal é o factor determinante na evolução do sector agrícola em Portugal. Neste sentido, considera-se prioritária a actuação ao nível da melhoria da capacidade de armazenamento e distribuição de água com recurso a tecnologias de rega mais eficientes, a par da utilização de culturas menos exigentes em água e melhor adaptadas à evolução climática prevista, aumentando desta forma a sustentabilidade sectorial. A actuação ao nível da melhoria da conservação do solo deverá merecer também um destaque dadas as sinergias notórias entre a mitigação e a adaptação que proporciona; a luta contra a desertificação e a preservação da biodiversidade devem constituir prioridades da estratégia nacional de adaptação às alterações climáticas;
- a gestão de riscos e crises, decorrente do aumento da variabilidade climática, afigura-se crucial merecendo particular atenção ao nível das políticas públicas, propondo-se maior integração comunitária a este nível e reforço dos mecanismos existentes, aumentando designadamente a sua abrangência para incluir todos os tipos de fenómenos climáticos;
- ao nível da investigação - avaliar de forma mais precisa as interacções que ocorrem entre as combinações região/cultura/clima/solo/práticas culturais, tendo em conta que a intensidade e magnitude dos impactos das alterações climáticas dependem grandemente das condicionantes locais de cada país/região. Deve-se reforçar, também, a investigação no âmbito dos recursos genéticos, eficiência no uso da água, pragas e doenças, bem como na definição de indicadores de vulnerabilidade que permitam monitorar a evolução dos sistemas agrários do mediterrâneo.

No âmbito da Comissão para as Alterações Climáticas (CAC) deu-se recentemente início ao exercício de elaboração da Estratégia Nacional para a Adaptação às Alterações Climáticas, no qual esta abordagem sectorial foi sugerida pelo GPP e complementada com outros contributos sectoriais, estando a versão final da proposta em fase de consulta pública.